

São Paulo, 07 de agosto de 2020

PORTARIA Nº 18/2020 - Disciplina a Contratação no âmbito de projetos de inovação e pesquisa

científica e tecnológica

De acordo com o Decreto Estadual nº 62.817/2017 que regulamentou a Lei Federal nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, todo projeto que se enquadre nessa Lei, ou seja, que trate de inovação e pesquisa científica e tecnológica e utilize os benefícios da mesma, não pode

ter a contratação de:

I - contratar cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade

ou afinidade, até o terceiro grau, de ocupantes de cargos de direção superior das ICTESPs

por elas apoiadas;

II - contratar pessoa jurídica que tenha como proprietário, sócio ou cotista:

a) seu dirigente;

b) servidor das ICTESPs;

c) cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou

afinidade, até o terceiro grau, de seu dirigente ou de servidor das ICTESPs por elas apoiadas;

Assim, toda a contratação que se realize nesses projetos deve respeitar tais vedações legais,

independentemente da forma de contrato que o servidor possui com as ICTESPs, ou seja,

independentemente se ele for RDIDP ou não.

Ainda, toda a contratação de pessoa jurídica, deverá acompanhar a declaração em anexo.

ANAPAULA HAIPEK CAMPOS

mance days

**Diretora Superintendente** 



## DECLARAÇÃO DE NÃO ENQUADRAMENTO À DISPOSIÇÃO CONTIDA NO ART. 14, B, DO DECRETO ESTADUAL № 62.817/2017.

Declaro, para todos os efeitos legais que como servidor de ICT, não sou proprietário, nem sócio ou cotista de pessoa jurídica e me enquadro no que dispõe o artigo 14, b, do Decreto Estadual nº 62.817/ 2017, cuja redação transcrevemos:

Artigo 14 - As fundações de apoio não poderão:

I - contratar cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, de ocupantes de cargos de direção superior das ICTESPs por elas apoiadas;

II - contratar pessoa jurídica que tenha como proprietário, sócio ou cotista:

- a) seu dirigente;
- b) servidor das ICTESPs;
- c) cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, de seu dirigente ou de servidor das ICTESPs por elas apoiadas;

Em razão da presente declaração, assumo pessoalmente todas as responsabilidades civis, penais e administrativas decorrentes do não atendimento à legislação acima mencionada, isentando completamente a FDTE de qualquer penalidade neste sentido.

Nome:			 	
Cargo:				
Assinatura	a:			
Data:	/	/		